

Anna Beatriz Ramos Dias

Raphaella Ferreira Mendes

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 03: Culturas juvenis na escola

“JUVENTUDE QUER EDUCAÇÃO”: CURRÍCULO, ESCOLA E GÊNERO COMO PAUTAS NO  
MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM 2016

Belém, Pará

2021

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a ocupação, como forma de mobilização, marca um aspecto comum com as insurgências no mundo todo. No século XXI a inconformidade com a realidade social, política e econômica, propiciaram o surgimento de mobilizações como a “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006), a “Primavera Árabe” (2011), “Occupy Wall Street”, em Nova York (2011), e no Brasil com as Ocupações das Escolas (2015-2016). Tais fenômenos são modelos de organizações que têm como perspectiva ocupar um espaço como forma de manifestação, com poder de criar pautas que estão em emergência para cada realidade desses grupos (CASTELLS, 2013).

No Brasil, as mobilizações ocorridas no ano de 2016 resultaram de uma série de acontecimentos no contexto político, dentre elas, duas propostas que afetariam diretamente os estudantes secundaristas: a reformulação do Ensino Médio com o Projeto de Lei 6840/2013, tornando o ensino médio integral, bem como a elaboração de ciclos escolares que acabariam com a obrigatoriedade da oferta de disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia; além da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, ou nº55, a depender da casa legislativa tramitada, com objetivo de criar um teto de 20 anos em gastos com setores como a Educação, sendo aprovada em 16 de dezembro de 2016 e se transformando em Emenda Constitucional nº 95/2016.

Como uma das formas de resistências a esse contexto, ao longo dos meses de agosto a novembro de 2016, jovens da rede pública de ensino ocuparam mais de mil Escolas, Institutos Federais e Universidades Públicas em todo o território nacional segundo a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). A “Primavera Secundarista” foi o nome atribuído a esse fenômeno brasileiro caracterizado pela paralisação das atividades escolares rotineiras que promoveram um tipo de resistência diante das medidas impostas pelo governo da época.

Se torna perceptível, segundo Costa e Groppo (2018, p. 85), que existe um novo ciclo de ações coletivas no Brasil, as ocupações das escolas demonstraram uma “poderosa forma de organização e luta, largamente autogestionária, radicalmente democrática e participativa”. O desenvolvimento desses fenômenos na contemporaneidade inaugura uma fase da organização dos movimentos estudantis, vislumbram novas maneiras de materialização das relações sociais por esses jovens e, evidenciam, simultaneamente, os novos paradigmas que são postos na sociedade.

A horizontalidade no processo de organização do movimento de ocupação — em que nenhuma figura se colocava como único representante ou líder do movimento —, se tornou fundamental para a sua construção. Nessa nova concepção, retirando as estruturas hierárquicas e estabelecendo a comunicação como pública, comum a todos, o protagonismo das mulheres surgiu como um dos elementos latentes desse período.

O movimento de ocupação das escolas criou frases como “Ocupa o Poder, Ocupa Tudo” que repercutiu e atingiu mulheres de gerações diversas. Os fenômenos sociais como o “Ele Não” (Brasil), “Maio Feminista” (Chile), a Marcha Mundial das Mulheres, são movimentos sociais contemporâneos que demonstram que as estratégias utilizadas durante esse período são baseadas nas formas de organização autônomas, desprezando a mediação representativa e protagonizado por singularidades, por meio de exposição de narrativas e experiências pessoais que são marcas da influência da corrente feminista (DE HOLLANDA, 2018).

Diante desse panorama, durante as pesquisas, identificamos que, para a maioria dos entrevistados, a participação nos ocupes foi o primeiro contato com algum tipo de movimento social na sua geração e pode ter sido catalisador na sua trajetória de vida (GROPPO; SILVA, 2020; MENDES, 2020). Isto é, os participantes dos ocupes das escolas públicas que entraram na universidade continuaram a participar de algum movimento social dentro desse novo espaço e, conseqüentemente, o movimento estudantil na universidade, que passava por um momento de declínio, começou uma reorganização a partir do movimento de ocupação.

Destacando o ponto de partida inicial, a motivação dos estudantes, a ocupação das escolas nasce na Paraíba possuindo como um de seus objetivos, o de se opor a uma estrutura de ensino que diminui a importância de disciplinas que historicamente possuem uma instabilidade em ser garantidas na educação pública, disciplinas de viés questionador e conhecimento crítico, como a sociologia, filosofia e história, como também disciplinas que possibilitam uma maior autonomia de experiências corporais e sensoriais, como educação física e artística, o que ocorre devido a desvalorização de matérias que não correspondem diretamente a lógica de mercado como a de “utilidade” e “serviço/servidão” ao preparar não apenas mão de obra e raciocínio lógico, mas que possibilitam a ampliação da educação cidadã, para uma interpretação social (LAHIRE, 2014).

O que se faz interessante é perceber a defesa destas disciplinas no cotidiano das ocupações, as atividades que foram promovidas pelo movimento carregavam um cunho educativo, político e produtivo, como realizar debates com temáticas sobre as razões do movimento, sobre machismo, racismo, homofobia, questionamentos, problemas sociais etc. As oficinas eram voltadas para a valorização das artes manuais e corporais, produção de cartazes, customização, reciclagem, dança, teatro, música, práticas de esportes, exercícios físicos, etc. Essas atividades eram abertas ao público, o que ajudava na aproximação dos moradores locais, contando assim com a participação da comunidade ao redor (MENDES, 2020).

Na rotina das ocupações que pesquisamos, percebemos uma presença maior de atividades que estão fora do currículo tradicional escolar, o que foi caracterizado pelas pautas do movimento, sendo colocados em prática os desejos educacionais que permeavam os estudantes através de seus interesses, também eram presentes professores da própria instituição que se disponibilizavam a ministrar e participar de atividades em concordância com os alunos, como também outros professores que não possuíam vínculo, mas se aproximaram do movimento, além de participantes no geral, que propuseram conteúdo. Outro ponto interessante de destacar são as assembleias estudantis, por meio delas os ocupantes se faziam protagonistas nos espaços decisórios.

Outro ponto que se faz interessante aprofundar é a apropriação da escola por parte desses jovens ocupantes, a defesa da escola pública como um direito, evidenciado pela frase de ordem que emergiu nas ocupações das escolas no Estado de São Paulo em 2015 “Não fechem a minha escola” e em 2016, a frase “A escola é nossa” se tornou um dos símbolos das ocupações em movimento nacional. Para Silva e Mei (2019) o movimento se “distanciava da imagem construída pelos meios de comunicação de massas, que apresentam a escola pública como uma instituição sucateada, violenta, frequentada por alunos desinteressados e desmotivados”

No senso comum pudemos nos deparar com termos como “bagunça”, “baderna”, “vagabundagem”, “balbúrdia”, que fugiam dos sentidos dados pelos ocupantes as suas práticas, considerando-os atos políticos-pedagógicos, para além do lazer e do entretenimento, mas expressado através de outras formas de construção do saber e de manifestação a favor da escola e da educação pública.

A pesquisa sobre ocupações estudantis no Rio Grande do Sul, vinculada a Pesquisa Nacional sobre as Ocupações, evidenciou o ponto de interseção entre as

ocupações que é o sentido de unificação, diante de uma pauta, e o ato de mudança nas relações existentes no contexto escolar, mas principalmente, indicou como a questão da experiência nos ocupa e revelam em implicações na trajetória dos indivíduos. Segundo os autores, “experiência da ocupação marcou fortemente os quatro relatos, que tenderam a considerá-la como um divisor de águas nas suas trajetórias” (GROPPO; SILVA, 2020, p.420).

Na Paraíba algumas escolas serviram de palco para materialização dessas experiências vividas por esses jovens, manifestando ocupações na Universidade Federal da Paraíba, com os campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras, bem como a Universidade Federal de Campina Grande, com os campi de Campina Grande e Sumé. Dentre as escolas estaduais ocupadas está a Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida (conhecida como Gigantão da Prata), em Campina Grande, e o Lyceu Paraibano, em João Pessoa.

Este trabalho é resultante de pesquisas realizadas nas escolas ocupadas no estado da Paraíba (MENDES,2017;2020; DIAS,2019) desde a inserção nos estudos sobre as ocupações da região paraibana evidenciou-se que, por se tratar de uma temática relevante e atual, ainda carece de análises das repercussões do movimento de ocupação na cultura juvenil, na relação com a escola e com a educação pública.

Por isso, ao reunir tais indícios constitui-se o interesse para além do movimento de ocupação, aprofundando os estudos sobre as escolas em suas ocupações, e como foi concebida a relação da função da instituição educacional pública com as sujeitas que as deram um sentido político. Pretende-se neste presente projeto direcionar a investigação para questões acerca da relação entre gênero e educação pública, feminismo na escola, traçando a trajetória da formação política-pedagógica de mulheres líderes desse movimento após o processo do movimento de ocupação.

Diante disso, objetiva-se aqui, debater a experiência da escola ocupada por estudantes e suas atividades como a amostra de uma educação autônoma e um caminho para repensar a educação tradicional na contemporaneidade. Através dos sentidos dados pelas ocupantes, perceber o papel social da escola e a experiência educacional construída nos períodos de ocupação.

## EDUCAÇÃO, POLÍTICA E GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES LÍDERES DOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM 2016

Nas Ciências Sociais entende-se que a construção social dos indivíduos é forjada através de vários segmentos sociais. A família fornece o primeiro processo pelo qual a criança aprende a ser um membro participante da sociedade, implicando no aprendizado de um conjunto de normas e valores. Posteriormente, em sua socialização secundária, os indivíduos constroem novos modos de aprendizagem em contato com outros grupos.

A escola se constitui como um espaço de interações afetivas e simbólicas dos jovens, relacionadas, principalmente, com o contexto social dos indivíduos - o bairro, a escola e o contexto social onde residem. O processo de socialização na escola se torna importante porque é justamente nesse momento em que os jovens entram em contato com os outros.

“A turma de amigos”, que se forma nesse contexto da escola, vem a ser uma referência clara na trajetória desses sujeitos, é com eles que conversam, que convivem e trocam experiência. Segundo Pais (1993, p. 94), os amigos do grupo “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”.

Para Zinet (2016, p. 2), os jovens ocupantes evidenciaram com o movimento que é possível um modelo de educação que “ultrapasse as paredes da sala de aula e os muros da escola”, pois o “aprendizado não se limita ao acesso aos conteúdos” (p.2). Na perspectiva de pensar o movimento de ocupação das escolas enquanto uma experiência de aprendizado que não é contemplado nos currículos formais das escolas, as atividades realizadas pelos ocupantes nos mostraram que “não estão alheios às questões políticas do país e que são capazes de realizar ampla mobilização para a luta em prol de uma educação pública e de qualidade” (BOUTIN;FLACH, 2017). E foi a defesa ao acesso a conteúdos para além das disciplinas consideradas “básicas” que mobilizou os estudantes a ocuparem suas escolas. Contrariando a ideia de que o uso de disciplinas como Sociologia e Filosofia na educação pública não são consideradas importantes.

O sociólogo Bernard Lahire (2014) alerta que o questionamento sobre utilidade esconde em seu caráter, uma proposta servil à dominação. No servir está implícito o controle da reprodução, do fazer algo em prol da construção não emancipatória, de um processo engessado resultante de uma heteronomia, este serviço não é colocado como de empoderamento do exercício das ciências sociais, mas de se exercer controle sobre elas.

Repensar a estrutura tradicional de educação nos trazem caminhos para pensar o jovem em idade escolar e o que é posto sobre ele na escola, revendo as relações entre aluno-escola, estudante-conhecimento, como aponta Macedo, Espindola e Rodrigues (2016) ao discorrerem sobre as ocupações das escolas e os processos curriculares:

O caráter ativo, político, dinâmico e plural dos movimentos que ali se produziram se contrapõe a conceitos marcados por ideias de fixidez e universalidade. Esses movimentos nos apresentaram a forças potencializadoras que nos mostram que alunos temos e que escolas podemos ter nos dias de hoje. As experiências tecidas com as ocupações nos permitem interrogar o que podem os currículos criados no cotidiano, ou o que emerge dos currículos como criação cotidiana. (p.1361)

É fato que, o currículo é imprescindível e interligado a escola, e para entender como os estudantes ocupantes reformularam seu cotidiano escolar ao criarem seu próprio “currículo” é preciso antes de tudo entender o que é currículo, Sacristán (2013) aponta algumas noções do que se entende por currículo, geralmente remetendo-se a seletividade e organização dos conteúdos a serem aprendidos. Chama a atenção para essa seleção e organização como uma potencialidade reguladora na prática didática na escola.

O currículo é um instrumento importantíssimo na formação dos sujeitos, a escola é um espaço de socialização, que para além da sala de aula, lida com questões que precisam ser trabalhadas também pedagogicamente. Ponce (2018) aponta que é preciso estar incluído no currículo, duas questões importantes para a formação de sujeitos, o conhecimento necessário para compreensão das questões que o mundo nos apresenta e o cuidado com o sujeito, proporcionando condições dignas para que seja possível essa aprendizagem.

Fica evidente que o currículo é um instrumento político, podendo ser através dele que define-se qual assunto tratar e qual não tratar na escola, essa seleção não é neutra. Há muito tempo que Freire (1996) nos alerta para o fato de que ensinar não é transferir conhecimento, para ele, é preciso estarmos abertos à curiosidade dos educandos e educandas, instigando-os a pensar e a questionar o mundo em que se vive.

Para Boutin e Flach (2017) os aprendizados construídos nas vivências em movimento sociais “promovem experiências que ultrapassam os currículos escolares, pois nascem da conscientização dos sujeitos sobre a urgência em superar o capitalismo e as desigualdades nele presentes. (p.437)”. Evidenciando sobre o cunho educativo que possui

o movimento estudantil para a formação em diversos aspectos sociais da juventude, com propósitos de uma educação para a emancipação humana, objetivando a transformação da realidade, conforme Boutin e Flash:

É dessa forma que uma proposta de educação que pretenda romper com a lógica vigente se faz urgente no atual contexto e é nesse sentido que os movimentos sociais surgem como alternativas que além de contribuir para a o atendimento das demandas coletivas também são meios que agregam em si potencialidades educativas. Com base nessa perspectiva e de posse do entendimento de que o pressuposto fundamental para uma formação que contribua para a emancipação humana é a aquisição da consciência sobre as contradições que permeiam o funcionamento e a estrutura da sociedade capitalista, ressaltamos as contribuições do movimento de ocupação das escolas públicas. (p.441)

Historicamente, os movimentos sociais desempenharam o papel de produção de novas formas de organizações sociais, principalmente, por seu caráter de contra poder, ou seja, agindo como elemento autônomo e forte que contribui para a transformação social, tanto de maneira formal, como a efetivação de direitos, como também as relações sociais, incorporando novos sujeitos na participação política (GOHN, 2011).

A categoria da juventude em sua construção histórico social nos leva a pensar como os fenômenos sociais são desenvolvidos e são feitos os processos de transformações sociais. Nesse sentido, é justamente a partir da atuação dos jovens, segundo Mannheim (1928), que é possível compreender o processo de criação histórica e inovação cultural que esses vivenciam. Por isso, “os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra aos critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da natureza interna”, afirma Melucci (1997, p.13.)

A juventude é o grupo social que marca os processos de enfrentamento das questões que emergem socialmente, diante disso, “a formação de novos agentes sociais representa, assim, sob o ponto de vista da preservação e transmissão do patrimônio cultural, uma garantia de continuidade e renovação” (FORACCHI, 1972, p. 22).

A organização estudantil é um dos meios pelo qual a juventude assume o papel de contestação diante da sociedade, ela constitui de forma organizada, com pautas, passando a representá-lo por meio de uma organização estruturada. Logo, deve ser percebido que o processo histórico desses movimentos passa por diversos percursos e modos de organização ao longo da história brasileira.

O estudante brasileiro sempre esteve na vanguarda dos principais acontecimentos políticos e sociais do país. (...) se deve ao fato de sempre ter havido nos meios estudantis nacionais uma profunda insatisfação no que se refere à condução do destino político e social do Brasil (BENEVIDES, 2006, p. 7)

O recente ciclo de mobilização estudantil supõe um novo ponto de inflexão nas lutas estudantis brasileiras, também no que se refere ao questionamento das dinâmicas organizativas e mobilizadoras das últimas duas décadas, a partir de um maior horizonte de informação, da deliberação e da ausência de lideranças definidas (BRINGEL, 2009). Os aspectos de centralização e hierarquização das lutas estudantis, consequências do modo de organização, são reorganizados e questionados dentro dos novos modelos de luta ensaiados no Brasil desde 2013, permanecendo com as formas de dualidade características.

Nessa perspectiva, o movimento de ocupação proporciona acionar elementos presentes na realidade, colocando em questão as relações sociais estabelecidas historicamente, que apontam definição dos papéis de gênero a espaços localizados dentro da estrutura da sociedade, principalmente no campo político, emergindo assim, questões amplas como mulher e poder nesses espaços.

As mulheres marcam a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, porém suas vozes foram por vezes silenciadas, principalmente pelas análises feitas sobre os movimentos sociais. Segundo Souza-Lobo (1991, p. 247) existia um esforço em não evidenciar os papéis femininos, conforme afirmou “freqüentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”.

De acordo com a socióloga Joan Scott (1995), gênero é um termo importado da gramática feminista norte-americana, por estudos iniciados na década de 1960, com o objetivo de se contrapor às definições que relacionavam as questões de gênero exclusivamente à Biologia. Dessa forma, a ideia de gênero passou a significar as relações incluindo o fator cultural e histórico que estão incutidas nas definições e distinções sobre o que é “masculino” ou “feminino”.

A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade de corpo da mulher, isto é, como objeto frágil, e a socialização da masculinidade como um corpo forte, fazem parte das construções históricas e sociais do que supostamente seriam seus papéis sociais. Logo, as atribuições sociais são baseadas nas diferenças sexuais, como se estivessem ligadas a razões biológicas e, conseqüentemente, apenas o corpo tivesse a

finalidade de exprimir um tipo de gênero e suas funções. Nessa dinâmica, a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas.

Bourdieu (1999) revela que essa ordem masculina que domina a vida social parte também de um esforço coletivo e social. A ordem masculina se mostra pela marginalização imposta às mulheres com a exclusão de lugares. Esse processo, conseqüentemente, cria uma separação na ordem social e econômica, causando a divisão do trabalho social, apontando explicações para o fator das mulheres serem recorrentemente colocadas em cargos menos nobres enquanto os homens exercem um lugar de destaque. Todo esse processo social é reiterado nas relações sociais estabelecidas, conforme demonstra:

Diante disso, é possível afirmar que o gênero e as desigualdades entre homens e mulheres podem ser interpretados como um processo construído e reproduzido socialmente. Segundo Saffioti (2015), a interpretação de gênero se configura como um conjunto de normas que modelam os seres humanos, em configurações de homens e mulheres, mas foi através da corrente feminista que se reforçou a necessidade de uma ruptura profunda dos aspectos que permeiam essas estruturas instituidoras de desigualdades, desde a produção, reprodução e socialização.

Diante das escolas ocupadas foi possível escutar as vozes de mulheres enquanto lideranças, e que traziam como marco, o posicionamento enquanto feminista. As mulheres imprimiram o protagonismo diante um cenário de resistência ao contexto político com o poder de repercussão na trajetória política dessas jovens, tendo em vista que as vozes das mulheres na política são, sim, "vozes diferentes", não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas (MIGUEL, 2001, p.266).

Nesse sentido, ao perceber que marchas, ocupações e protestos emergiram durante esse período, a autora Heloisa Buarque de Hollanda (2018) defende que se inaugura uma nova passagem da corrente feminista no Brasil, o que seria a quarta onda feminista, em que ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo “elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação” ( p.11).

O movimento de ocupação proporcionou o confronto dos moldes das relações estabelecidas cotidianamente no espaço escolar, principalmente, na desconstrução da hierarquização das posições e papéis sociais desses jovens. O processo de transformação dessa identidade idealizada produz o conflito, mas indica a autonomia por parte dos

sujeitos, na criação de pautas e demandas, construindo assim, novas maneiras desses jovens transmitirem e socializarem. O livro “Escolas de Luta” (2016) oferece uma dimensão para refletir sobre o processo político e inovador deste movimento:

O processo de organização de protesto, mas sobretudo as ocupações, geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais, tanto entre os estudantes, como entre eles e os professores e as direções das escolas. Os secundaristas romperam o isolamento individualista do cotidiano escolar e criaram uma nova sociabilidade no processo de luta: uma sociabilidade baseada na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público. A sociabilidade horizontal, corresponsável e baseada na proteção do patrimônio público é, ao mesmo tempo, objetivo da luta e criação imediata, uma espécie de antecipação performática daquele que se busca. (CAMPOS *et al.*, 2016, p. 13)

Um dos ensaios brasileiros que se utilizou da ocupação como principal instrumento de resistência ocorreu em São Paulo, entre outubro e dezembro de 2015, com média de 200 escolas ocupadas, conseguindo êxito em seu processo de resistência pela reversão da decisão do governo estadual. Com o auxílio da cartilha de “Como Ocupar uma Escola”, confeccionado, principalmente, pelo coletivo “Mal Educado”<sup>1</sup>, inspirados na Revolta dos Pinguins no Chile, é que foi possível a materialização das ocupações nas escolas de São Paulo.

Nessa perspectiva, a Pesquisa Nacional sobre o Movimento de Ocupação, vinculado ao “Grupo de Estudos sobre a Juventude”, rendeu a materialização do livro “O Movimento de Ocupações estudantis no Brasil” (GROPPO; COSTA, 2018) que organizou os dados dos pesquisadores em diversas regiões brasileira na intenção de compreender o movimento de ocupação nacionalmente, tendo em vista as semelhanças, mas as singularidades pertencentes a cada realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As manifestações de julho de 2013 inauguram um novo ciclo de lutas no Brasil. Os jovens, predominantes nesse processo, marcam uma ruptura geracional nesse movimento e conseqüentemente, evidenciam formas de organização proveniente dos movimentos de mulheres, como as formas de organização autônomas, desprezando a

---

<sup>1</sup> O coletivo “Mal Educado” é fruto articulação entre grêmios que durou de 2010 a 2011 sendo esse um ponto de cruzamento de articulações secundaristas para construção de frentes de resistências e mobilizações em torno da melhoria das escolas, no Estado de São Paulo. (CAMPOS *et al.*, 2016)

mediação representativa, horizontal, sem lideranças; e protagonizado por singularidades, através de narrativas e experiências pessoais, que são marcas da influência da corrente feminista.

Na contemporaneidade, a ocupação, como forma de mobilização, marca um aspecto comum com as insurgências no mundo todo. No século XXI a inconformidade com a realidade social, política e econômica, propiciaram o surgimento de mobilizações como a “Primavera Árabe” (2011), “Occupy Wall Street”, em Nova York (2011) , “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006) e a Ocupação em Hong Kong (2014), focos mundiais de mobilização, que tem como perspectiva, ocupar um espaço como formas de manifestação e organização, com poder de criar pautas que estão em emergência para cada realidade desses grupos.

No Brasil, a “primavera secundarista” no ano de 2016 representa a construção de um processo de resistência da juventude brasileira, surgiu em meio a pauta de reforma do ensino médio e sobre o congelamento de gastos. Os processos experienciados pelos jovens da rede pública de ensino, anunciam questões relacionadas a perspectiva de formação dos movimentos estudantis, evidenciando o protagonismo feminino que emerge desde as ocupações da Escola de São Paulo (2015).

A organização estudantil dos jovens brasileiros, como citado, são construídas desde a formação do Estado Brasileiro. Nesse sentido, a necessidade por reconhecimentos de direitos e participação na política fez com os movimentos de juventude e ganhassem visibilidade pública. Nesse processo, é perceptível as diversas formas percorridas pelo movimento estudantil, como forma de renovação das características a partir da retroalimentação com outros movimentos.

O desenvolvimento dos novos veículos de comunicação dos jovens sinaliza uma ruptura geracional na forma de organização dos movimentos estudantis como reflexo das transformações das relações sociais. Nesse momento, os mecanismos on-line são utilizados nas organizações dos movimentos estudantis: como as redes sociais, as transmissões ao vivo do cotidiano da ocupação, através das plataformas de vídeos

O processo de organização dos movimentos estudantis, outrora hierárquico, se configura nos moldes atuais de maneira horizontal. O processo de organização das ocupações se apresenta a composição de assembleias como forma deliberativa, com a dinâmica horizontalizada de participação dos estudantes. Nessa nova concepção, as distribuições das funções são organizadas a partir de comissões/núcleos, fazendo com que

os participantes se organizem em uma divisão de tarefas e de forma rotativa - as atribuições são esquematizadas a partir da limpeza, alimentação, vigilância, fiscais, comunicação, divulgação, negociação e planejamento das atividades.

O protagonismo feminino emerge nesse contexto com força, evidenciando o contraste da construção social em que a mulher historicamente se situou no campo privado. Porém, ao analisar a história da trajetória das mulheres nos movimentos sociais, existia um esforço, principalmente da literatura, em excluir a participação das mulheres, ou minimizar sua relevância.

A corrente feminista se preocupou com a necessidade de uma ruptura profunda dos aspectos que permeiam essas estruturas instituidoras de desigualdades. Ao passo que a história do feminismo permite perceber que o movimento também faz parte de um campo de forças que se desenvolveu nas últimas décadas, atuando com profunda relação entre a militância e a formação teórica

As mulheres nessa fase proporcionaram a criação da “Primavera Feminista”, que, segundo a literatura, demonstra o surgimento de uma nova geração política, com a necessidade de pluralidade dentro da corrente feminista, com demandas específicas, assumindo seus lugares de fala. Os feminismos da diferença inauguram, nesse momento, a espontaneidade das suas diversas pautas, com estratégias próprias e protagonismos coletivos.

Os marcos operacionais inseridos nos movimentos sociais contemporâneos, como o movimento de ocupação, isto é, as estratégias utilizadas durante esse período baseado nas formas de organização autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonizado por singularidades, através de narrativas e experiências pessoais, são marcas da influência da corrente feminista nesse período.

O protagonismo feminino nos movimentos estudantis contemporâneo reflete conexões com símbolos históricos de lutas das mulheres. Surgem como vozes emergentes em um contexto de instabilidade econômica e social, e inconscientemente, carregam a história do feminismo na pele. A urgência, nesse momento, é de ocupar e criar espaços de fala. As mulheres se posicionam, nesse momento, como formas de liderar, fazer parte e compor os movimentos como um todo, se fazer presente como corpo, como grito, como voz.

## **REFERÊNCIAS**

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudante**. São Paulo, Annablume, 2006.

BENTES, Ivana. “**Hackea, narrar: As novas linguagens do ativismo**”. Em *Mídia-multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

BOUTIN, A. C. D. B.; FLACH, S. de F. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. *Revista Inter Ação*, 42(2), 429-446. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.45756>> Acesso em: 07 de jan. 2021.

BRINGEL, Breno. **O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil**. *Eccos Revista Científica*, v. 11, n. 1, p. 97-121, 2009.

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. **Escolas de Luta**. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2013.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

DIAS, Anna Beatriz Ramos. **Coletivo Rouxinol de Teatro do Oprimido (Cabedelo/PB)–arte, educação e protagonismo juvenil**. Trabalho de Conclusão de Curso, CCHLA/UFPB, 2019.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. Livraria Pioneira Editora, 1972.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação*. v.16, n.47, mai-ago.2011.

GROppo, Luís Antonio; SILVA, RODRIGO. **Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul**. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 409-424, 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão guerra e democracia na era do império**. Editora Record, 2005.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. **Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia?** Em: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014.

MACEDO, Regina Moura de; ESPINDOLA, Neila; RODRIGUES, Allan. “**Não é só pelo diploma**”: **as ocupações das escolas e os processos curriculares**. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.14, n.04, p. 1358 – 1376 out./dez.2016 e-ISSN: 1809-3876. Programa de

Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <  
<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> > Acesso em: 07 de jan. 2021.

MANNHEIM, Karl. **O problema das gerações**. In: Sociologia do conhecimento, Vol. II, Porto, RES-Editora, 1928.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Juventude e Contemporaneidade. Ed: UNESCO, MEC, ANPEd, Brasília, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política de interesses, política do desvelo: representações e “singularidade feminina”**. Revista Estudo Feministas, V.9, n.1, p. 253-267, 2001.

MENDES, Raphaella Ferreira. **Das ruas às escolas: análise do movimento de Ocupação do Instituto Federal da Paraíba, Campus Cabedelo, no ano 2016**. Monografia defendida ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2017.

MENDES, Raphaella Ferreira. **“COMPANHEIRA ME AJUDA QUE EU NÃO POSSO ANDAR SÓ, SOZINHA ANDO BEM, MAS COM VOCÊ ANDO MELHOR”**: Mulheres, coletividades e organização no Movimento de Ocupação das Escolas em Campina Grande/PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) defendida pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2020.

MENDES, Raphaella Ferreira; TOSCANO, Geovânia da Silva. "Se prepare que o pavio vai acender": análise sobre o movimento de ocupação do instituto federal de Cabedelo/PB.. Caos: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Dossiê Juventude, Participação Política e Educação. João Pessoa/PB, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PAIS, J.M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda,1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONCE, Branca Jurema. **O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular**. Currículo sem fronteiras, v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RODRIGUES, Cibele M<sup>a</sup> Lima. **Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas**. In: SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Julho. 2011.

SACRISTÀN, José Gimeno. **O que significa o currículo?** In: SACRISTÀN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, João Paulo de Souza da; MEI, Danielle Scheffelmeier. **O QUE APRENDEMOS DAS OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS EM 2015 E 2016**. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 14., 2019, Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2019. 14 p.

Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23034\\_11802.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23034_11802.pdf)>  
Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90.** São Paulo: Hacker Editores. 1999.

SOUZA -LOBO, E. **A classe operária têm dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991. P.247

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Sociedade, Porto Alegre, v.20, n.2, jun./dez. 1995.

ZINET, C. **Centro de referências em educação integral. Escolas ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária.** 08 jun. 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.